



ENSAIO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA, INSTITUIÇÕES, SOFT E HARD POWER

ESSAY ON THE RELATIONSHIP BETWEEN ECONOMICS, INSTITUTIONS, SOFT AND HARD POWER

ENSAYO SOBRE LA RELACIÓN ENTRE ECONOMÍA, INSTITUCIONES, PODER BLANDO Y DURO

SERGIO RODRIGO VALE

Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo e Mestre em Economia pela Universidade de Wisconsin-Madison e economista-chefe da MB Associados. Agradeço aos comentários de Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira, Lourdes Sola, Eduardo Viola e Rodolpho Bernabel.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo uma análise sobre as relações entre economia e instituições e seus papéis no *soft* e *hard power*. Busca-se compreender o papel que as instituições e a economia poderiam ter para mudar essas condições de poder. Será argumentado que países com mais poder econômico, configurado por maior PIB per capita, tenderão a ter mais capacidade de *soft power* e tenderiam a ter menos necessidade de *hard power*. Por trás disso está a ideia de que as instituições são relevantes. Assim, será argumentado que países com forte base institucional seriam aqueles com condições de ter mais *soft power* ao longo do tempo do que *hard power*. A análise será feita em termos gerais, não se discutindo neste artigo o papel específico de *hegemons* como os Estados Unidos.

Palavra-chave: soft power, hard power, instituições, desenvolvimento.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the relationship between economy and institutions and their roles in soft and hard power. It seeks to understand the role that institutions and the economy could have to change these conditions of power. It will be argued that countries with more economic power, configured by higher GDP per capita, will tend to have more capacity for soft power and tend to have less need for hard power. Behind this is the idea that institutions are relevant. In the same way, it will be argued that countries with a strong institutional base would be those with conditions to have more soft power over time than hard power. The analysis will be made in general terms, not discussing in this article the specific role of *hegemons* like the United States.

Keyword: soft power, hard, power, institutions, development.





RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la relación entre la economía y las instituciones y sus roles en el poder duro y blando. Busca comprender el papel que las instituciones y la economía podrían jugar en cambiar estas condiciones de poder. Se argumentará que los países con más poder económico, configurados por un mayor PIB per cápita, tenderán a tener más capacidad de poder blando y tenderán a tener menos necesidad de poder duro. Detrás de esto está la idea de que las instituciones son relevantes. Asimismo, se argumentará que los países con una base institucional fuerte serían aquellos con las condiciones para tener más poder blando en el tiempo que poder duro. El análisis se hará en términos generales, y el papel específico de hegemones como Estados Unidos no se discute en este artículo.

Palabra clave: poder blando, poder duro, instituciones, desarrollo.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo uma análise da relação entre economia e instituições com o *soft* e o *hard power*. A ideia a ser construída é que um nível elevado de desenvolvimento econômico permitiria que um país tivesse mais capacidade de *soft power*. Países mais ricos conseguiriam fazer com que sua cultura, valores políticos e política externa, por exemplo, fossem atrativos para outros países. Em contraposição, países ainda pobres teriam menos condições de serem exemplos e/ou ser atrativos nesses quesitos para outros países. Além disso, por trás da ideia de que a economia importa, está a de que as instituições também importam. Há toda uma literatura em economia que corrobora a visão de que instituições mais robustas levam a maior nível de desenvolvimento econômico, aqui simbolizado por maior nível de renda per capita. Assim, queremos fazer a ilação de que países com instituições mais fortes serão aqueles que terão condições de ter *soft power* também mais forte.

Ao mesmo tempo, o contrário parece acontecer no caso do *hard power*. Países com instituições mais fortes teriam ao longo do tempo menos *hard power*. A ideia aqui é que as demandas sociais se tornam tão mais relevantes que as demandas por gastos militares (como sinônimo aqui de *hard power*), que fariam com que instituições mais fortes, como no caso da democracia, levassem as pessoas a pressionar por gastos que lhe impactassem mais do que gastos militares.





Ao final, queremos dizer que instituições mais fortes tendem a corroborar maior capacidade de *soft power* e menor de *hard power* ao longo do tempo. Isso, claro, valeria para uma média de países e não necessariamente para países *hegemons*, como é o caso dos Estados Unidos, para o qual o peso do gasto militar sempre foi relevante.

Além desta introdução, o próximo item discute os conceitos de *soft* e *hard power*, na sequência serão discutidas as relações entre economia e *soft power*. Depois trataremos sobre as relações entre desenvolvimento econômico e instituições. Em seguida, faremos um esquema teórico que relaciona o desenvolvimento econômico/instituições com o *hard* e o *soft power*. Por fim, concluiremos.

2 CONCEITOS DE *SOFT* E *HARD POWER*

Poucos termos em relações internacionais ganharam o mundo como temos visto acontecer com as expressões *soft power* e *hard power*. Criados por Joseph Nye em 1990 (Nye (1990)), tais conotações passaram a distinguir as características subjetivas e objetivas nas relações de poder entre os países. Diz-se como subjetivas, no caso do *soft power*, por abranger elementos intangíveis em sua maior parte. Como diz o próprio criador do termo (Nye 2004:X), *soft power* “...is the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments”. A capacidade de atração aqui viria pela emulação de predicados próprios de cada país/pessoa/organização em que Nye escolhe como mais relevantes três específicos: cultura, valores políticos e política externa.

Esses itens são vistos como emanadores de *soft power* não por suas características objetivas, mas por questões subjetivas, não mensuráveis de autoridade moral. Esse tipo de poder, assim, caracteriza-se pela capacidade dos países de atraírem os outros para suas decisões, sem precisar apelar para elementos econômicos ou militares. Um exemplo do que seria *soft power* é dado em Nye (2004, p. 10) quando ele diz que





“institutions can enhance a country’s soft power. For example, Britain in the nineteenth century and the United States in the second half of the twentieth century advanced their values by creating a structure of international rules and institutions that were consistent with the liberal and democratic nature of the British and American economic systems: free trade and the gold standard in the case of Britain; the International Monetary Fund, the World Trade Organization, and the United Nations in the case of the United States.”

Por outro lado, o *hard power* conecta-se estritamente com os meios materiais de um país. Considera-se o poder militar e o poder econômico como sinônimos de *hard power*. Assim, este age através de coerção, comando e indução (em contraposição à cooptação e atração do *soft power*), comportamentos claros quando se pensa em ação militar e econômica na concepção original do autor. Nye (2006) é explícito em não querer relacionar poder econômico com *soft power*. Entretanto, a concepção que ele entende como não sendo relevante para identificar se um país tem ou não *soft power* é através da capacidade de sanções econômicas que possam ser feitas. De fato, sanções entram na categoria de coerção e não deveriam ser consideradas como *soft*. Da mesma forma, o *hard power* não deve ser visto como gerando exclusivamente capacidade de coerção. Nye (2006) considera que um poderio militar bem administrado pode ser uma fonte de admiração, citando os casos do apoio militar ao Sul Asiático depois do terremoto de 2005 e após o Tsunami no Oceano Índico em 2004.

Há exemplos também de uso da força naval como *soft power*. A China vem usando há anos o People’s Liberation Army Navy (PLAN), através de um navio chamado Peace Ark, como instrumento de aproximação dos países. São navios com capacidade médica e de resgate usados ao redor do mundo. Além da China, somente os EUA e a Rússia têm navios hospitais no mundo. Como diz Zanardi (2018: 104):

“The Peace Ark is part of the wider charm offensive of the Chinese government to counter the perception that its increase of naval power was a threat to others. China attempted to project the image of a benevolent naval power”.

É importante aqui distinguir novamente a concepção de Nye sobre poder econômico e *soft power*. Ele coloca claramente o poder com base econômica como *hard power* (figura 1), o que é correto quando estamos pensando no uso de instrumentos de





poder. Sanções certamente são instrumentos usados e impostos unilateralmente e provém de uma capacidade econômica relevante para poderem ter efeito, bastando pensar nas sanções que foram impostas ao Irã recentemente nas negociações para impedir a fabricação de armamento nuclear ou também as sanções que foram feitas pelos europeus à Rússia depois dos ataques à Ucrânia. Entretanto, não é essa configuração de poder econômico que se pretende qualificar e que será discutido abaixo.

Figura 1. Diferenças entre *soft power* e *hard power*

	Hard		Soft	
Comportamentos	Coerção	Indução	Agenda	Atração
Recursos mais prováveis	força sanções	pagamentos suborno	instituições	valores cultura políticas

Comando ← ● ● ● ● → Cooptação

Fonte: Nye (2004, p.8).

Ao fim e ao cabo, não há uma divisão clara de cada tipo de poder, crítica já feita por Baldwin (2016). Tudo pode ser *soft* ou *hard power* no final. De fato, os dois conceitos não são excludentes. Pelo contrário, o ideal é que exista a capacidade de convivência entre os dois em um terceiro conceito, o *smart power*, que seria a junção equilibrada no uso dos dois tipos de poder (Nye (2009)).

O *smart power* surgiu da percepção de que é inevitável que as duas forças coexistam, mas que possam ser usadas de forma inteligente, ou seja, sem desconsiderar a outra. Como diz Nye (2012, p. 262), esse poder “diz respeito a encontrar maneiras de combinar recursos em estratégias bem-sucedidas no novo contexto de difusão de poder e na “ascensão do resto.”” Ou como pontuado de forma prática por Andrew Shapiro, ex-funcionário do Departamento de Estado americano, “o conceito de ‘poder inteligente’ – a inteligente integração e ligação em rede de diplomacia, defesa, desenvolvimento e outras ferramentas dos chamados poderes ‘duro’ e ‘brando’ - está no âmago da visão política do presidente Obama e da secretária Clinton” (Nye (2012, p. 264).

Vale aqui lembrar que ambos os conceitos se enquadram na definição clássica de poder de Dahl (1957) e amplamente explorada em Baldwin (2016). Para Dahl, define-se poder pela capacidade de A fazer com que B faça alguma coisa que B não faria de outra





maneira. Para Baldwin, entretanto, o conceito de *soft power* não seria diferente do conceito de atração que Lasswell e Kaplan (1950) já haviam discutido antes até do que o clássico artigo de Dahl em 1957. Segundo Baldwin (2016: 170):

“soft power is not an instrument to be used by foreign policy makers, but rather an outcome to be sought by a wide variety of means. It is difficult to imagine any technique of statecraft that could not be used in some situation with respect to some target in order to produce soft power as an outcome. The term soft power may be recent, but the concept of attraction as a base value is hardly new”.

O argumento de Baldwin não enfraquece a ideia de *soft power*, apenas a coloca em uma origem mais distante do que a novidade que parecia ser em 1990. Mas ao separar o *hard* do *soft* houve a oportunidade de se discutir questões que até então eram focadas quase exclusivamente nas questões militares e econômicas quando se discutia poder. Vale aqui citar os benefícios que Baldwin (2016:170) considera sobre a distinção que se criou:

“despite the lack of agreement with respect to the meaning of soft power, the impact on policy and policy analysis has been both significant and beneficial for a number of reasons: (1) It has directed (attracted?) the attention of students of international relations away from their traditional preoccupation with military force and toward alternative techniques of statecraft. (2) It has reminded scholars, journalists, bureaucrats, politicians, and the public that national images matter and that they can be manipulated. Being perceived as an international policeman, an international bully, or an international empire builder may or may not be in a country’s national interest; but concern about the image of a country projects to the rest of the world is always in the national interest. (3) It has stimulated a number of panel discussions, conferences, articles, and books focusing on soft power and thereby enhancing our understanding of power in an international context. Nye’s discussions of soft power stimulated and clarified the thoughts of policy makers and scholars alike – even those who misunderstand or disagree with his views”.

Assim, apesar dessas ideias já estarem relativamente bem fundamentadas, em que pese as divergências, ainda são muito estudadas pelos seus sintomas, ou seja, naquilo em que elas podem agir através de um já existente *soft power* ou *hard power* (especialmente no caso do primeiro). Além de certo jogo de adivinhação sobre o que pode ser *soft power*, que parece englobar cada vez mais características muito amplas,





como já notado por Baldwin (2016), não se discute quais os condicionantes mínimos necessários que levariam um país a ter mais *soft power* ou menos *hard power*.

Não se coloca em discussão neste estudo o uso específico de cada poder, como cada país o demonstra através de suas ações. A ideia é considerar aqui o poder como potencial (Dahl (1957, 1961) e Baldwin (2016)). Ou seja, usando uma metáfora econômica, há um “estoque” de poder que os países vão acumulando ao longo de sua trajetória, mas não se busca analisar o “fluxo” anual desse poder. Isto é, não se buscará entender as n interações possíveis que podem fazer que um país em determinado ano use mais ou menos *hard* ou *soft power*. A ideia desse artigo, assim, é buscar alguns elementos necessários (mas não suficientes) que julgamos importantes para entender se um país terá mais ou menos “estoque” de *soft* e *hard power* e não como eles seriam usados por cada país.

Na conceituação iniciada por Nye existe apenas uma tipologia e mesmo em artigos posteriores não parece haver aprofundamento nesse sentido (Nye 2014)). Gallarotti (2011) aprofunda um pouco mais a capacidade desses países em usar os dois poderes em uma conceituação cosmopolita, que usa ingredientes do realismo, liberalismo e do construtivismo. Nessa definição o uso inteligente do *smart power* levaria a um *soft empowerment* e a um *hard disenpowerment*. Neste caso, o uso abusivo do *hard power* poderia diminuir a capacidade de poder de um país ao longo do tempo. Gallarotti (2011:35) chega a considerar o poder econômico como elemento que serviria de base para cultivar *soft power*, em que o mau uso do poder econômico poderia restringir a capacidade de expansão do *soft power* de cada país, mas sua análise não passa dessa simples consideração.

3 RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA E SOFT POWER

Nesse ponto começamos a destrinchar as relações entre economia e *soft power*. Mas, para isso, é necessário discutir o que se entende por desenvolvimento econômico.





Ela será baseada de forma simples no tamanho do PIB per capita de cada país. A ideia é que quanto mais rico o país, mais desenvolvimento econômico ele tenha. Não se usa o tamanho do PIB em si, pois isso não configura padrão geral de riqueza. Por exemplo, como apontamos em gráfico abaixo, a China hoje é a segunda maior economia do mundo, mas em termos de PIB per capita ainda pode ser considerado um país relativamente pobre, abaixo até do que o Brasil. Sob diversos critérios econômicos, a China parece mais pobre que os EUA, apesar do PIB maior. Com efeito, o PIB per capita chinês é apenas 23% do PIB per capita americano, e mesmo a produtividade também se encontra baixa na comparação com os EUA. A China ainda não passou da armadilha da renda média, ou seja, ainda não deu o salto tecnológico e institucional que permitiria alcançar crescimento sustentável (Rodrik et al (2017)).

Por outro lado, quando comparamos Brasil e Coréia do Sul, salta aos olhos a diferença ao longo das décadas. Até os anos 70 o Brasil era muito mais produtivo que os coreanos e o PIB per capital brasileiro era parecido com o coreano quando comparado com o americano. A partir da década de 80, os coreanos e brasileiros divergiram bastante nos dois critérios. Houve maior democratização nos dois países naquela década, mas as instituições aqui são elementos importantes para explicar parte dessa diferença. Os coreanos tiveram mais estabilidade institucional, com poucas mudanças de regras, e reformas pró-mercado ao longo dos anos (Acemoglu et al. (2005)). O Brasil teve uma possibilidade de melhora significativa de aumento da produtividade, por exemplo, nos anos 90, quando houve busca por maior abertura da economia, que acabou falhando pelos lobbies que impediram o aprofundamento da abertura. Não ajudou nesse sentido o ritmo de abertura, que por ter sido agressivo e sem a companhia de outras reformas, acabou naufragando e impedindo que o país alcançasse níveis maiores de produtividade. Por trás disso estão instituições fracas que cederam ao canto da sereia do protecionismo. Mesmo considerando a ideia de *developmental states* de Haggard (2018), as instituições mesmo que estatais foram importantes para o desenvolvimento econômico dos coreanos.

Ou, na precisa descrição de Solingen (1998 e 2014), a cultura tradicional *inward-looking* do país prevaleceu sobre a *outward-looking*. Colocando nos termos de teoria





institucional de Acemoglu e Robinson (2012 e 2013), essa cultura *inward-looking* seria exclusivista enquanto a cultura *outward-looking* seria inclusiva. Basicamente porque a agenda desta última, por competição com outros países, estaria menos afeita a captura por *cronies* domésticos. O papel das instituições na teoria de Solingen é subliminar, mas leva a conclusões semelhantes, sob outra ótica, aos estudos de Acemoglu e Robinson e outros. De fato, para Solingen (2014:5):

“where inward-looking coalitions realize their favored model, they challenge the reach of markets, international institutions, and powerful states, asserting complete sovereignty and control across issue-areas. Their grand strategy, in its purest form, hinges wholly on the interests of state industry and ancillary inward-looking military-industrial sectors, as well as of ethnic, religious, and nationalist groups threatened by internationalization.”

Essa descrição é semelhante, com abertura mais internacional, ao que Acemoglu e Robinson considera como instituições extrativistas. Nas palavras de Acemoglu e Robinson (2012:81):

“we will refer to political institutions that are sufficiently centralized and pluralistic as inclusive political institutions. When either of these conditions fails, we will refer to the institutions as extractive political institutions.”

A ideia de PIB per capita elevado configura, no geral, um país que resolveu em grande parte problemas mais básicos de bem-estar de sua população. É como se as demandas mais básicas da sociedade tivessem sido encaminhadas e, com isso, o país conseguisse duas coisas: primeiro, ser um exemplo para outros países de que se tornar mais rico gera benefícios gerais para a sociedade; segundo, abre espaço para que outros gastos possam ser feitos para ampliar a imagem do país no exterior.

Pode causar estranheza o uso do PIB per capita ao invés do PIB total, pois em relações internacionais usualmente é este indicador que confere status de poder entre as nações. Mas o que se quer justamente colocar é que um país com PIB elevado não necessariamente será um país capaz de manter sua capacidade de persuasão por *soft* ou *hard power* se as condições domésticas não estiverem bem encaminhadas, querendo-





se dizer por isso que é necessário que o país tenha um nível elevado de desenvolvimento econômico que poderá trazer estabilidade de longo prazo. Mas é verdade também que o PIB per capita pode ser enganoso em alguns casos. Diversos países com elevado nível de recursos naturais, especialmente petróleo, podem ter um nível artificialmente elevado de PIB per capita, como países do Oriente Médio, sem que isso signifique nível de desenvolvimento econômico de longo prazo (Collier e Venables (2011)). Ou seja, será que esses países conseguirão manter seu nível de crescimento se mantiverem a dependência do petróleo, um produto que as próprias empresas de petróleo reconhecem que deixará de ser tão relevante como hoje em 20 ou 30 anos (Dale e Fattouh (2017))?

Aqui voltamos a um ponto relevante: quem influencia as decisões de política internacional o fazem porque tem alto PIB per capita ou alto PIB? Olhando do ponto de vista de curto prazo, claro que um PIB elevado tem extrema importância, mas a questão que os estudos de impacto das instituições sobre a economia trazem é se esse PIB elevado vai durar muito tempo se as instituições não forem bem desenhadas. Por isso o exemplo da China pode ser enganoso: eles têm elevado PIB, logo será o maior do mundo, mas em termos de desenvolvimento institucional estão longe de atingir um bom resultado. Pular de um PIB per capita médio para um elevado dependerá de questões institucionais que não parecem estar presentes na China de hoje (Shambaugh (2016) e Kroeber (2016)), seguindo os passos do que Japão e Coreia do Sul passaram ao longo das décadas, ou seja, de países com estruturas institucionais precárias e alguma experiência democrática para o contrário hoje.

Brasil e Argentina parecem ser dois exemplos, nesse sentido, dessas questões de desenvolvimento de longo prazo. As profundas crises fiscal e política dos dois países levaram a uma perda de imagem e relevância em organismos internacionais. Basta lembrar que o Brasil deixou de pagar diversas anualidades de organismos internacionais (Celestino (2016) e Chade (2016)) e depois de anos de estranhamento no período Christina Kirchner a comunidade internacional começou a olhar o país com outros olhos (Trinkunas (2016)). Ao longo desse período de crise ambos os países deixaram de ter a voz que tinham quando foi possível, por exemplo, eleger Roberto Azevedo para diretor-





geral da OMC. O lançamento da candidatura da argentina Suzana Malcorra à Secretária Geral da ONU, mesmo fracassado, também não pareceria ser possível antes do governo Macri pelo poder de veto americano no Conselho de Segurança do órgão. Aqui são dois exemplos de países que se perderam em seus processos de desenvolvimento e, hoje, possuem PIB per capita relativamente baixo. E as questões que levaram a esses países a terem essa performance ruim estão relacionadas a boas ou más instituições (Lisboa (2019), Fukuyama (2008)).

Esses são exemplos de países que quiseram (e ainda tentam) ter alguma capacidade de influência nas decisões de política internacional, mas sem ter conseguido o mínimo equilíbrio econômico interno em seus países. A ideia central aqui é que um país que quer ter presença de *soft power* relevante só será possível, como condição necessária, mas não suficiente, se houver condições econômicas mínimas para tal. Essa ideia não é necessariamente nova, já tendo sido considerada, por exemplo, em Stunkel (2016:107), quando diz que “o poder econômico é, portanto, uma pré-condição fundamental para uma projeção global de *soft power*.” Aqui não basta ter PIB per capita elevado, mas também certa constância e persistência nessa condição¹.

Novamente o exemplo argentino é ilustrativo. É conhecido o empobrecimento relativo do país ao longo do último século (The Economist (2014)). Entretanto, no começo do século passado o país tinha nível de PIB per capita similar às principais potências do mundo, inclusive os EUA (Campos et al (2014)). Nessa época, os países mais estáveis eram considerados aqueles com crises externas menos abundantes, que conseguiam certa estabilidade através das regras de padrão-ouro sem se endividar a ponto de entrar em crise de endividamento (Eichengreen (2008)). Entre 1890 e 1949 a Argentina, junto com Honduras, foram os únicos países da América Latina a não entrar em default de

¹ A persistência do desenvolvimento econômico está estritamente relacionada com a persistência de instituições de qualidade, mas não se descarta outras formas de persistência, como a história e a geografia de cada país na geração de riqueza (Nunn (2014) e Kaplan (2012)). Entretanto, geografia e a história não tem como ser mudadas, mas as instituições podem ser alteradas para gerar novos equilíbrios de riqueza no futuro. Há toda uma discussão sobre o determinismo institucionalista que os artigos de Acemoglu e Robinson trouxeram (Banerjee e Duflo (2014)), mas que não interferem na ideia central desse texto, qual seja, de que as instituições têm papel relevante no desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, no desenvolvimento do *soft* e do *hard power*.





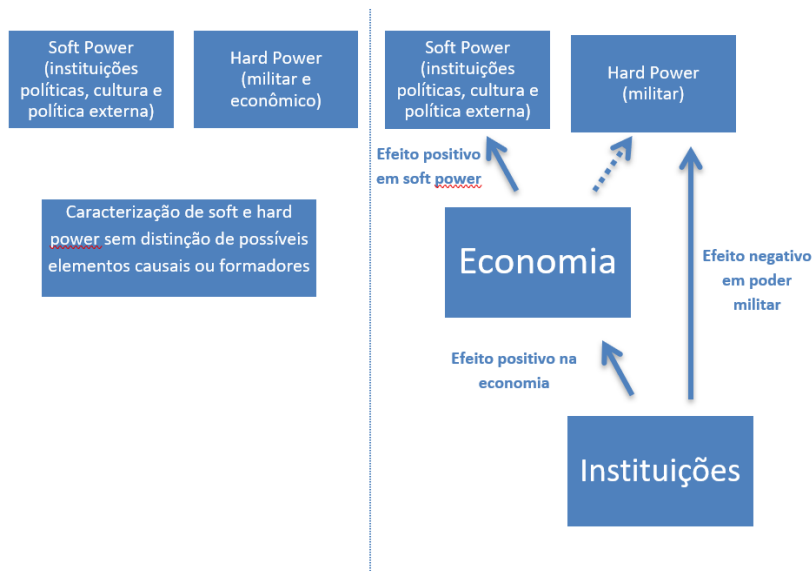
dívida externa (Reinhart et al. (2009)). Com um nível de renda per capita elevado e sem crises externas abundantes, a Argentina era considerada o país mais importante no continente, depois dos EUA. Um exemplo de como o país tinha mais prestígio foi o encaminhamento positivo da Doutrina Drago² no âmbito do direito internacional em discussões que perduraram de 1902 a 1907 (Stuart (2011)). Ao longo das décadas seguintes, entretanto, o país começou a deixar de ter relevância, da mesma forma que sua capacidade de interferir e/ou liderar discussões no âmbito da diplomacia externa também foi recuando.

Em resumo, Nye sugere a distinção entre *soft* e *hard power* na configuração da figura 2 (lado esquerdo), sem grandes elucubrações sobre as condições necessárias de cada elemento. Neste artigo, consideramos o desenvolvimento econômico como elemento importante necessário para que o *soft power* floresça. Mais ainda, considera-se a hipótese de que as instituições são elementos importantes de *hard disempowerment*, ou seja, países com instituições mais fortes necessitariam de menor poder militar ao mesmo tempo que tal evolução institucional implicaria em ampliação do desenvolvimento econômico (sintetizado aqui como o PIB per capita de cada país) que seria, por sua vez, um sancionador importante de *soft power*.

Figura 2. Instituições, *soft power* e *hard power*

² A Doutrina Drago foi uma resposta do Chanceler Argentino, Luiz Maria Drago, a uma intervenção armada de potências europeias na Venezuela em 1902 por não pagamento de dívida. Apelando para a Doutrina Monroe, que buscava colocar os EUA como única ponte de interferência na América Latina em questões de endividamento, a Doutrina Drago acabou sendo parcialmente encampada pela aprovação da proibição de intervenções militares em cobranças de dívidas externas na Segunda Conferência de Paz de Haia, em 1907 (Souza (2008)).





Elaborado pelo autor.

4 RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INSTITUIÇÕES

A literatura que relaciona desenvolvimento econômico e instituições tem amplamente corroborado a relação causal e positiva entre ambas, em que instituições inclusivas geram crescimento e desenvolvimento (Acemoglu et al (2001, 2005, 2014, 2015), Fukuyama (2008), North (1981, 1990 e 2005), Greif (2006 e 2015), Nunn (2014), Masuch et al (2016) e Besley e Persson (2011)).

Instituições aqui serão entendidas no conceito já clássico de North (1990, p. 3) que diz que:

“institutions are the rules of the game in a society or, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interactions. In consequence they structure incentives in human exchange, whether political, social, or economic.”

E o fato delas serem positivas para a sociedade vêm da ideia que “the major role of institutions in a society is to reduce uncertainty by establishing a stable (but not necessarily efficient) structure to human interactions” (North (1990, p. 6)). Vale dizer que algumas críticas lançadas à teoria das instituições por Ogilvie e Carus (2014) em nada





impactam as questões aqui tratadas. Há uma discussão grande nos estudos empíricos se as instituições que engendraram positivamente os primeiros mercados a florescerem, como os do Magreb ou de Champagne, exemplos comuns na literatura, eram privados ou públicos. Não importa. Importa neste caso a estabilidade institucional ao longo do tempo e a funcionalidade dessas instituições. É uma falsa questão a dicotomia público-privado aqui. Os maiores proponentes desses estudos, como Acemoglu e Robinson (2013:173), dizem que:

“the fundamental approach to policy prescription in economics derives from the recognition that the presence of market failures – like externalities, public goods, monopoly, and imperfect competition – creates room for well-designed public interventions to improve social welfare.”

A definição de Acemoglu et al (2006) separa o que é instituição política do que é instituição econômica. A primeira nada mais é que a capacidade de distribuição de poder político entre diferentes grupos socioeconômicos e é capaz de determinar as instituições econômicas. Greif (2006, p. 30) define de forma menos exógena e mais endógena. Em sua visão, “an institution is a system of social factors that conjointly generate a regularity of behavior” ou “an institution is a system of rules, beliefs, norms, and organizations that together generate a regularity of (social) behavior”³.

As três definições se encaixam no que poderia ser descrito como *capacidade institucional*: instituições que geram estabilidade nas relações entre os atores da sociedade, proporcionando também possibilidade de estabilidade econômica. O conjunto de instituições e sua estabilidade é importante, pois a construção per si de algumas instituições econômicas positivas pode gerar crescimento em um determinado lugar e em um determinado período, mas não ser possível de generalizar para todo o país por todo o tempo.

³ Novamente, há toda uma discussão sobre se as instituições são exógenas ou endógenas, com Acemoglu e Robinson (2013) sendo mais pessimistas no determinismo institucional do que Banerjee e Duflo (2014), por exemplo. De qualquer maneira, ambos consideram que as instituições causam impacto positivo na economia, independentemente do determinismo institucional de cada país.





É interessante notar como a ideia de instituições permeia todo estudo sério sobre crescimento econômico recentemente. Por exemplo, Crafts (2018) resume em seu livro a melhor parte da literatura sobre o desenvolvimento da economia britânica ao longo dos séculos incluindo o papel das instituições, algo que não era nem considerado em seus livros da década de 80. Outros autores que antes possuíam visão mais estrutural de crescimento, não dependente de instituições, mudaram de percepção nos últimos anos. Por exemplo, Rodrik (2017 et al:28) diz que “given where Brazil stands in term of its stage of development, it is reasonable to expect that future growth will have to rely predominantly on investment in fundamentals (institutions and human capital).” A ideia de que as instituições são necessárias para o desenvolvimento econômico hoje permeia praticamente quase toda a literatura econômica sobre crescimento.

Mas a ideia de estabilidade institucional aqui também é importante. Países politicamente frágeis com mudanças institucionais frequentes, como é o caso geral ao longo de décadas da América Latina, trazem insegurança para o investimento e, conseqüentemente, o crescimento. Países que fizeram investimento em seu arcabouço institucional através de mudanças marginais conseguiram criar estruturas institucionais mais difíceis de serem mudadas e, portanto, mais estáveis. Aqui é interessante notar um ponto para o investimento em instituições em um país. Tanto quanto uma “boa” instituição também é relevante que ela não seja passível de grandes mudanças com frequência. A previsibilidade institucional também é algo a se contar para que o crescimento perdure. O caso argentino no século XX e o Brasil em sua história são exemplos de países que passaram por turbulências institucionais em série, impedindo a consolidação de investimentos institucionais. Quanto mais investimentos são feitos nessas instituições, maior o custo de mudança e mais previsível se torna essa economia (Pierson (2004)

Exemplo recente no Brasil pode ser dado no arcabouço de política monetária, em que regras foram sendo criadas desde o início do regime de metas de inflação em 2000, aperfeiçoando o sistema. Quando da perda de eficácia da política monetária ao longo desta década, a reação foi buscar mais garantias institucionais para o sistema, em





discussão em 2019 através da nova Lei de Independência do Banco Central, finalmente aprovada em 2021.

Outro exemplo interessante da persistência das instituições é dado por Putman et al. (1993). Eles fizeram um estudo sobre o capital social na Itália, em que 15 governos regionais foram criados na década de 70 ao longo do país. Mesmo estando sob as mesmas regras, esse experimento trouxe como resultado divergências de crescimento entre regiões, em que as do Norte tiveram desempenho melhor que as do Sul. Segundo os autores, traços sociais que remetem ao século XII foram fundamentais para explicar essa diferença. Cidades que eram livres, com maior participação democrática naquele século, foram gerando laços culturais ao longo dos séculos. Como nos lembra Alesina et al (2013:2), “citizens of free cities developed a deep sense of civic and cooperative behavior, a cultural trait they transmitted from generation to generation”. Guiso et al (2013) corroboram Putman empiricamente em que as cidades italianas que tinham auto-governo no século XII tinham mais capital cívico hoje. A ideia de persistência institucional vem não apenas de instituições em si, mas dos traços culturais levados de geração em geração que perpetuariam as boas instituições criadas lá atrás.

Como se vê, instituições são características de longo prazo, mutáveis ou persistentes ao longo de séculos ou décadas. Isso coloca certa nuvem sobre processos recentes de desenvolvimento como a China, para a qual há enormes dúvidas sobre a capacidade de desenvolvimento de longo prazo, sem que sólidas instituições tenham sido geradas e perpetuadas ao longo de sua história. Mesmo sendo um caso recente, é inevitável dizer que as instituições econômicas chinesas evoluíram de forma significativa ao longo das últimas décadas, permitindo que o país desse um salto em seu *soft power* em comparação com o que possivelmente era na década de 70 (McClory (2017)).

Não se quer dizer aqui que haja qualquer ideia excludente entre os poderes nem sinalização que a existência de apenas um tipo de poder seja válida, mas que, talvez, o mundo possa de fato estar caminhando para uma relação nos moldes de Gallaroti (2011) com mais *soft empowerment* e *hard disempowerment*.





Ou, no mínimo, um *hard power* que seja usado de forma muito mais parcimoniosa do que no passado. Por exemplo, Mearsheimer e Walt (2016, p. 80) consideram que:

“if the American people want to encourage the spread of liberal democracy, the best way to do so is to set a good example. Other countries will more likely emulate the United States if they see it as a just, prosperous, and open society. And that means doing more to improve conditions at home and less to manipulate politics abroad.”

Mearsheimer (2018, 2014) especialmente tem sido forte crítico do uso abusivo da força americana fora do país para tentar implementar democracias através da força. Há aqui a velha dicotomia realista de ser liberal no doméstico e realista no front externo. Como Mearsheimer (2018:139) diz, “liberalism can be a powerful force for good inside states, but not when states are dealing with the wilder world.” Seu racional é que o aumento do nacionalismo nos últimos anos fez florescer o caráter social dos arranjos humanos, que faria com as pessoas olhassem outro país não como indivíduos, mas como pertencentes a algum grupo social. No caso, esses grupos se mostraram mais nacionalistas e, portanto, com olhar menos liberal para outro país. Nas palavras de Mearsheimer (2018),

“it is not impossible for the United States to impose liberal democracy abroad. But successes are the exception, not the rule, and they usually occur in countries with a particular set of internal characteristics. It helps greatly, for example, if the target state is ethnically and religiously homogeneous and has a strong central government, reasonably high levels of prosperity, and some experience with democracy.”

De fato, uma série de estudos têm corroborado essa visão. Por exemplo, Enterline e Greig (2008:331) faz uma avaliação empírica de todas as interferências em outros países feitas desde o século XIX e identificam que

“by 20 year following democratic imposition, 67% of those in the low group and 44% in the medium group have failed. Among the most consistently democratic polities, only 30% fail by this 20-year rank”.

Além disso Enterline e Greig (2008:338) dizem que:





“imposed democracies in the poorest group of states are the most likely to fail rapidly...At the 20-year rank, 71% of imposed democracies in the highest development strata persist while only 55% in the middle group continue to survive. Imposed democratic regimes in the poorest states continues to lag, such that only 25% last at least 20 years.”

Esses resultados são corroborados em outros estudos como Downes e Monten (2013), Easterly et al (2008) e Pickering e Peceny (2006).

Assim, tentar usar *hard power* para tentar mudar regimes políticos e aumentar o desenvolvimento de um país é algo cada vez mais difícil de ser eficaz. Seria mais interessante estimular a democracia por outros meios, como o *soft power*.

Mais ainda, a difusão de poder é de tal monta e as questões se tornaram tão inter-relacionadas (questão climática, terrorismo, ataques cibernéticos e pandemias, como nos lembra Nye (2013, p 154) que a necessidade de cooperação será permanente (Rogoff (2017) e Woods (2017)). Ao mesmo tempo, Nye (2013, p. 155) lembra da necessidade de que “leadership skills, particularly contextual intelligence, will be crucial as the United States adjusts to these twenty-first century structural changes”.

5 HARD POWER, ECONOMIA, INSTITUIÇÕES E UM ESQUEMA TEÓRICO GERAL

A relação entre economia e *hard power* (militar) já é um pouco mais difusa. É verdade que usualmente “military power, which some call the ultimate form or power in world politics, requires a thriving economy” (Nye (2001)), mas ter uma economia fraca ou não é sinônimo de resultado militar, vide os exemplos da guerra do Vietnã e o crescimento bélico da Coreia do Norte. A ideia é que uma economia conseguirá seguir forte se tiver instituições que a levem a isso ao longo do tempo, mas essas instituições e uma economia forte não parecem ser condizentes com uma economia que vá usar cada vez mais poder militar.

O artigo de Mearsheimer e Walt (2016) aponta justamente a esse mau uso do poder militar pelos EUA. Ao invés de um uso explícito através de guerra direta com o país, como foi feito na Guerra do Iraque e Afeganistão, seria mais eficiente um poder





militar delegado a outras forças regionais, como, por exemplo, deixar a Europa cuidar de sua segurança ou ter o Irã como ponto de apoio no Oriente Médio.

Talvez a ideia de que o poder militar esteja cada vez mais sendo contraproducente, em grande parte porque o poder não está apenas na mão dos estados mais, tendo se difundido na mão de diversos agentes (Naím (2013), Rifkind e Picco (2016)), mas também porque se perdeu a capacidade de guerras produtivas na concepção de Morris (2014)⁴, o que levaria à ideia de uma diminuição do uso do poder bélico, especialmente pelos EUA.

Mas, talvez, ainda não seja possível ver um caminho de divergência muito grande entre esses poderes, pois pode ser mais fácil usar o poder militar do que o *soft power*. Milner e Tingley (2016) estudam os condicionantes da política doméstica que estão por trás das ações de política externa nos EUA e identificaram que pode ser mais fácil usar o poder militar como instrumento de política externa, pois depende mais de uma decisão do Executivo e está menos passível de interferência de grupos de interesse. Por exemplo, grupos de interesse consolidados têm mais voz em acordos comerciais e sanções econômicas do que em uso de tropas, para o qual o Executivo tem mais palavra final do que grupos econômicos ou o legislativo, em que pese a necessidade de aprovação do Congresso em alguns casos.

Uma forma visual de avaliar essas configurações de poder e suas relações com as instituições é através da figura 3, inspirado em Gallarotti (2010:275)⁵. No diagrama, distingue-se *hard power* de *soft power* em cada eixo e países mais pobres (Y0) de países mais ricos (Y2) em cada curva de preferência. Aqui a referência a cada curva de preferência se dá pelo desenvolvimento econômico de cada país. Países com mais desenvolvimento econômico podem ter mais dos dois tipos de poder, ou consumiriam

⁴ Morris (2014) sugere que as guerras foram produtivas ao longo da história, pois permitiram que o mundo gerasse riqueza depois da consolidação feita após as guerras. Sua ideia era que após a conquista partia-se para estabilidade na região invadida o que permitia que a sociedade florescesse naquele local. Hoje, não haveria mais espaço para isso, ou seja, guerras produtivas, já que conquistas desse tipo como no passado são mais difíceis com as sociedades de certa forma já muito estabelecidas. Veja também Bauer et al. (2016).

⁵ A figura abaixo baseia-se na teoria da preferência da microeconomia, a qual gera relações de demanda para cada componente da cesta de consumo (Varian (1992)).





mais dos dois tipos de poder, na terminologia da microeconomia clássica. Instituições de melhor qualidade levam países com mesmo padrão de renda a aumentar seu *soft power* e depender menos de seu *hard power*.

A ideia pode ser melhor entendida comparando dois pontos específicos no gráfico, A e F, por exemplo. Nesses dois pontos há o mesmo nível de PIB per capita, mas o ponto A tem mais *soft power* do que *hard power*. No ponto A o “preço” do *soft power* é menor em relação ao “preço” do *hard power*. Em outras palavras, há mais abundância de *soft power* no ponto A e, portanto, menor “preço” do que no ponto F. A ideia de menor “preço” sinaliza que este tipo de poder poderia ter mais disponibilidade de uso do que o *hard power*, por ser mais fácil de ser alcançado. Em outras palavras, o custo para usar o *soft power* seria menor do que o custo para usar o *hard power*.

No esquema, pode-se considerar o padrão de renda mais baixo (Y0) representado, como exemplo, por Brasil (ponto A) e Rússia (ponto B): o Brasil com nível de renda per capita menor que a Rússia, mas com capacidade institucional diferente maior. Países com base militar relativamente menor, mas institucionalmente forte, como Alemanha, seriam um ponto intermediário, como C, que mostra um nível de renda maior, mas com instituições de muito melhor qualidade. Por fim, os EUA seriam o ponto E, com *hard power* similar ao russo (ponto B), mas com qualidade institucional e economia muito maiores. Quanto mais baixo o nível institucional em tese um país precisaria de mais poder militar, pois mais frágil seria seu sistema político e econômico. Talvez aqui a extinta União Soviética da década de 70 coubesse no ponto D, com padrão de renda semelhante aos EUA naquele momento e sob a ótica de muitos analistas também com poderio militar igual ao americano (Kagan (2002) e Walt (1985))⁶.

Sustentar um poderio militar sem ter capacidade institucional e econômica para tanto não pareceu ser um ponto de equilíbrio sustentável. Pontos como o D não parecem se sustentar no tempo. Ou voltam para o F, como a ex-União Soviética voltou como

⁶ Segundo Walt (1985), a relação entre o tamanho das forças armadas na União Soviética e aliados em relação aos EUA e aliados era de 0,99 em 1982 e a relação entre os gastos dos dois grupos era de 1,17, o que mostra que a capacidade militar os dois era bastante balanceada àquela altura.





Rússia, com menos poder econômico e institucionalidade igualmente frágil, ou incrementa-se a qualidade institucional para conseguir aumentar seu *smart power*.

A China, hoje, parece também se manter em F, com *hard power* menor que o americano, mas querendo se aproximar (a China fica em terceiro em ranking militar no mundo (Sipri (2018))) e mesmo ultrapassar, como sinalização de força adicional que a China precisará demonstrar, como tem feito com a ampliação do poder militar marítimo no Oceano Pacífico, por exemplo (Shambaugh (2013)).

Caminhar para o ponto D significa manter padrões institucionais fracos com tentativa de poderio militar exacerbado, como em um *overshooting* do poder militar americano, como a União Soviética tentou em outros tempos. Pontos como D, assim, parecem ser insustentáveis, pois demandam elevado uso de *hard power* com pouco de *soft power*, sintetizados pelo baixo nível institucional. Em termos de preço, considerando a restrição orçamentária microeconômica, pontos como D se sustentariam com oferta cada vez mais abundante de *hard power* em relação a uma oferta menor de *soft power*, ou seja, um preço de aquisição muito menor para o *hard power* do que para o *soft*. Há deslocamento cada vez maior de recursos públicos para esse tipo de gasto que, a partir de certo ponto, pode ser contraproducente, ou seja, aumenta-se o poder de coerção de tal maneira que diminui a capacidade de atração que o país poderia ter. Com o tempo isso também diminuiria a capacidade de expansão econômica do país, pois utilizou-se recursos para gerar gastos que não conseguiriam aumentar a produtividade, como os militares, em detrimento de gastos com *soft power* que poderiam, em um segundo momento, incrementar a capacidade de produtividade via aumento de comércio, por exemplo (Rose 2015)⁷.

Veja que as setas que saem do ponto de origem e perpassam as curvas de indiferença não significam que caminhando sobre elas existirá mais ou menos instituições. Em cada seta há a identificação de um padrão mais alto ou mais baixo de institucionalidade, como, por exemplo, nos pontos D e F que tratam praticamente do

⁷ Em que pese Rose (2019) não ter corroborado o impacto do *soft power* sobre o aumento do comércio exterior, usando variáveis instrumentais para corrigir para endogeneidade dessas variáveis.

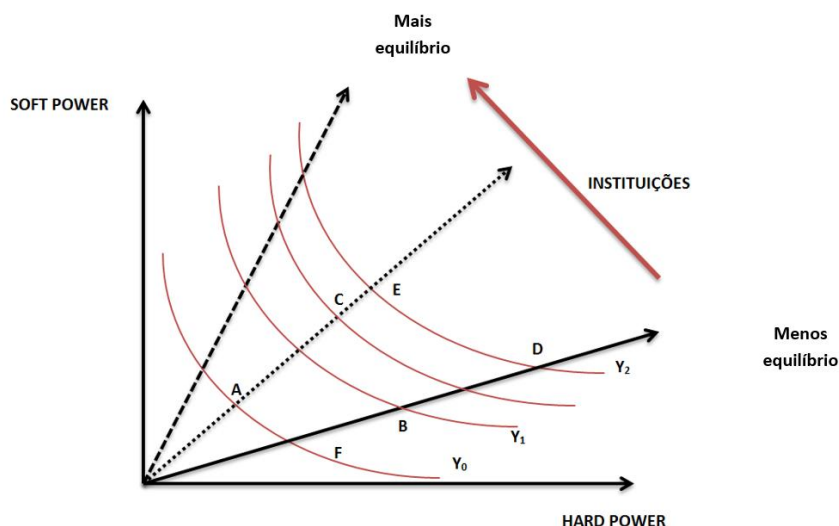




mesmo país (União Soviética e Rússia) em diferentes pontos no tempo, mas com padrão igualmente baixo de institucionalidade.

A ideia geral é que tanto o *soft* quanto o *hard power* respondem aos estímulos de aumento do desenvolvimento econômico e das instituições, ou seja, as duas variáveis são endógenas, enquanto as instituições são entendidas como exógenas, pois representam mudanças internas de cada país, que não são afetadas pelas escolhas entre *soft* e *hard power*. É verdade que regime ditatorial, por exemplo, tem a capacidade de dismantelar as instituições de um país, vide o exemplo venezuelano recente. Entretanto, o ponto anterior é perceber que o baixo nível institucional é que permitiu que um regime ditatorial existisse. Instituições mais fortes geram limitações para que golpes militares que ampliem o *hard power* aconteçam (Huntington (1968)).

Figura 3. Relação entre instituições, *soft power* e *hard power*



Elaborado pelo autor.

6 CONCLUSÃO

A economia e as instituições importam quando se quer discutir *soft* e *hard power*. Economias fracas, com instituições igualmente fracas, tendem a mostrar pouca capacidade de *soft power* e eventualmente ter mais espaço para ter *hard power*. Ao mesmo tempo, vale dizer novamente que essas parecem ser condições necessárias e





não suficientes para que uma economia tenha mais ou menos de cada poder. É interessante notar a Argentina como um exemplo de país que já teve condições econômicas melhores no passado, mas não as conseguiu sustentar, entre outras razões, por causa das fracas instituições do país. Ao mesmo tempo, tivesse conseguido manter sua projeção econômica de outrora poderia ter tido mais voz como tinha no início do século XX exemplificada aqui na discussão do bloqueio continental à Venezuela em 1902. Vale dizer que este é um ensaio teórico que dá sustentação a um estudo empírico feito em Vale (2019).

BIBLIOGRAFIA

Acemoglu, D., Johnson, S. e Robinson, J. (2001). The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation. In: *American Economic Review*, vol. 91, pp. 1369-1401.

Acemoglu, D., Nairu, S., Restrepo, P. e Robinson, J. (2015). *Democracy Does Cause Growth*. <http://economics.mit.edu/files/11227>

Acemoglu, D., Gallego, F. e Robinson, J. (2014). Institutions, Human Capital, and Development. In: *The Annual Review of Economics*, vol. 6, pp. 875-912.

Acemoglu, D., Johnson, S. e Robinson, J. (2005). Institutions as a Fundamental Cause of Long-Run Growth. In: *Handbook of Economic Growth*, volume 1A, editado por Philippe Aghion e Steven N. Durlauf. Elsevier B. V.

Acemoglu, D. e Robinson, J. (2012). *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty*. Crown Publishers.

Acemoglu, D. e Robinson, J. (2013). Economics versus Politics: Pitfalls of Police Advice. In: *Journal of Economic Perspectives*, vol. 27, n. 2.

Alesina, A. e Giuliano, P. (2013). *Culture and Institutions*. NBER Working Paper 19750.

Baldwin, D. A. (2016). *Power and International Relations: A Conceptual Approach*. Princeton University Press.

Banerjee, A. e Duflo, E. (2014). *Under the Thumb of History? Political Institutions and the Scope for Action*. NBER Working Paper n. 19848.





Bauer, M., Blattman, C., Chytlová, J., Henrich, J., Miguel, E. e Mitts, T. (2016). Can War Foster Cooperation? In: *Journal of Economic Perspectives*, vol. 30, n.3, pp. 249-274.

Besley, T. e Persson, T. (2011). *Pillars of Prosperity: The Political Economics of Development Clusters*. Princeton University Press.

Campos, N. F., Karanasos, M. e Tan, B. (2014). *From Riches to Rags, and Back? Institutional Change, Financial Development and Economic Growth in Argentina since the 1890's*. IZA Discussion Paper Series n. 8654.

Celestino, H. (2016). Um Brasil silencioso. In: *Jornal Valor Econômico*, Caderno Eu & fim de Semana, 6 de maio.

Chade, J. (2016). Brasil soma dívida de R\$ 3,2 bilhões com órgãos internacionais. O Estado de São Paulo, 15 de abril de 2016. <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-deve-r-3-2-bi-a-orgaos-como-onu-e-oms,10000026075>

Collier, P. e Venables, A. J. (2011). *Plundered Nations? Success and Failures in Natural Resource Extraction*. Palgrave Macmillan.

Crafts, N. (2018). *Forging Ahead, Falling Behind and Fighting Back: British Economic Growth from the Industrial Revolution to the Financial Crisis*. Cambridge University Press.

Dahl, R. (1957). The concept of Power. In: *Behavioral Sciences*, vol. 2, pp. 201-215.

Dale, S. e Fattouh, B. (2017). *Peak Oil Demand and Long-Run Oil Prices*. British Petroleum Research. <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/bp-peak-oil-demand-and-long-run-oil-prices.pdf>

Downes, A.B. e Monten, J. (2013). Forced to Be Free? Why Foreign-Imposed Regime Change Rarely Leads to Democratization. In: *International Security*, vol. 37, n.4, pp. 90-131.

Easterly, W., Satyanath, S. e Berger, D. (2008). *Superpower Interventions and Their Consequences for Democracy: An Empirical Inquiry*. NBER Working Paper n. 13992.

Eichengreen, B. (2008). *Globalizing Capital: A History of the International Monetary System*. Princeton University Press.

Enterline, A. J. e Greig, J. M. (2008). Perfect Storms? Political Instability in Imposed Polities and the Futures of Iraq and Afghanistan. In: *Journal of Conflict Resolution*, vol. 52, n. 6, pp 880-915.





Fukuyama, F., ed. (2008). *Falling Behind: Explaining the Development Gap Between Latin America and the United States.* Oxford University Press.

Gallarotti, G. M. (2010). *Cosmopolitan Power in International Relations: A Synthesis of Realism, Neoliberalism, and Constructivism.* Cambridge University Press.

Greif, A. (2006). *Institutions and the Path to the Modern Economy: Lessons from Medieval Trade.* Cambridge University Press.

Greif, A. (2015). Coercion and Exchange: How Did Markets Evolve? In: Greif, A., Kiesling, L. e Nye, J V.C., editors. *Institutions, Innovation and Industrialization*, Princeton University press.

Guiso, L., Sapienza, P., Zingales, L. (2016). Long term persistence. In: *Journal of the European Economic Association*, vol. 14, n. 6, pp. 1401–1436

Haggard, S. (2018). *Developmental States.* Cambridge University Press.

Huntington, S. P. (1968). *Political Order in Changing Societies.* Yale University Press.

Kagan, R. (2002). Power and weakness. In: *Policy Review*, junho-julho.

Kaplan, R. D. (2012). *The Revenge of Geography: What the Map Tells Us About Coming Conflicts and the Battle Against Fate.* Random House.

Kroeber, A. R. (2016). *China's Economy? Whats Everyone Needs to Know.* Oxford University Press.

Lasswell, H. D. e Kaplan, A. (1950). *Power and Society: A Framework for Political Inquiry.* New Haven, CT: Yale University Press.

Lisboa, M. (2019). Hermanos. In: *Folha de São Paulo*, 20/01/2019. <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcos-lisboa/2019/01/hermanos.shtml>

Masuch, K., Moshammer, E. e Pierluigi, B. (2016). *Institutions and Growth in Europe.* CEPS Working Document n. 421, abril.

McClory, J. (2017). *The Soft Power 30 Report.* Portland Communications.

Mearsheimer, J. (2018). *The Great Delusion: Liberal Dreams and International Realities.* Yale University Press.

Mearsheimer, J. e Walt, S.M. (2016). The Case for Offshore Balancing. In: *Foreign Affairs*, vol. 95, n.4, julho/Agosto.





Milner, H. V. e Tingley, D. (2016). *Sailing the Water's Edge: The Domestic Politics of American Foreign Policy*. Princeton University Press.

Morris, I. (2014). *Guerra: o horror da Guerra e seu legado para a humanidade*. Editora Leya.

Naím, M. (2013). *The End of Power: From Boardroom to Battlefields and Churches to States, Why Being in Charge is Not What It Used to Be*. Basic Books.

North, D. (1981). *Structure and Change in Economic History*. W. W. Norton & Company.

North, D. (1990). *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance*. Cambridge University Press.

North, D. (2005). *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton University Press.

Nunn, N. (2014). Historical Development. In: *Handbook of Economic Growth*, volume 2A. Elsevier.

Nye, J. (Jr.) (1990). Soft Power. In: *Foreign Policy*, n. 80, Twentieth Anniversary, pp. 153-171.

Nye, J. (Jr.) (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Public Affairs.

Nye, J. (Jr.) (2006). Think Again: Soft Power. In: *Foreign Policy*, vol. 22, n.2.

Nye, J. (Jr.) (2009). Get Smart: Combining Hard and Soft Power. In: *Foreign Affairs*, vol 88, n.4, p. 160-163.

Nye, J. (Jr.) (2012). *O futuro do poder*. Editora Benvirá.

Nye, J. (Jr.) (2013). *Presidential Leadership and the Creation of the American Era*. Princeton University Press.

Ogilvie, S. C. e Carus, A. (2014). Institutions and Economic Growth in Historical Perspective. In: *Handbook of Economic Growth*, Philip Aghion e Steven Durlauf, editores. Vol. 2A, pp 403 a 489.

Pickering, J e Peceny, M. (2006). Forging Democracy at Gunpoint. In: *International Studies Quarterly*, vol. 50, Issue 3, pp. 539-559.

Pierson, P. (2004). *Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis*. Princeton University Press.





Putnam, R., Leonardi, R., and R.Y. Nanetti (1993). *Making Democracy Work*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Reinhart, C. e Rogoff, K. (2009). *This Time is Different: Eight Centuries of Financial Folly*. Princeton University Press.

Rifkind, G. e Picco, G. (2016). *The Fog of Peace: Now to Prevent War*. I.B. Tauris.

Rodrik, D., McMillan, M. e Sepulveda, C. (2017). *Structural Change, Fundamentals and Growth: A Framework and Case Studies*. NBER Working Paper, n. 23378.

Rogoff, K. (2017). Why Trump Can't Bully China. In: *Project Syndicate*, 9 de fevereiro. <https://www.project-syndicate.org/commentary/trump-trade-war-china-by-kenneth-rogoff-2017-02>

Rose, A. (2015). *Like Me, Buy Me: The Effect of Soft Power on Exports*. NBER Working Paper n. 21537, Setembro.

Rose, A. (2019). *Agent Orange: Trump, Soft Power, and Exports*. NBER Working Paper n. 25439, Janeiro.

Shambaugh, D. (2013). *China Goes Global: The Partial Power*. Oxford University Press.

Shambaugh, D. (2016). *China's Future*. Polity Press.

SIPRI (2018). *SIPRI Military Expenditure Database*. <https://sipri.org/databases/milex>

Solingen, E. (1998). *Regional Orders at Century's Dawn*. Princeton University Press.

Solingen, E. (2014). *Comparative Regionalism: Economics and Security*. Routledge.

Souza, C. L. (2008). *A Doutrina Drago e as relações entre as repúblicas americanas*. Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC em Vitória, Espírito Santo.

Stuart, A. M. (2011). *O bloqueio da Venezuela em 1902: suas implicações nas relações internacionais da época*. Editora Unesp.

Stuenkel, O. (2016). *O mundo pós-ocidental: potências emergentes e a nova ordem global*. Editora Zahar.

The Economist (2014). *The Tragedy of Argentina: A Century of Decline*. 15 de fevereiro.

Trinkunas, H. (2016). Obamas' Other Latin America Trip. Brookings Institution, 15 de março. <http://www.brookings.edu/blogs/order-from-chaos/posts/2016/03/15-obama-visit-to-argentina-trinkunas>





Vale, S. R. (2019). *Ensaio sobre o papel da economia e das instituições no soft power e no hard power.* Tese de doutorado. Instituto de Relações Internacionais (IRI-USP).

Varian, H. (1992). *Microeconomic Analysis.* Terceira Edição. Norton.

Zanardi, C. (2018). China's soft power with Chinese characteristics: the cases of Confucius Institutes and Chinese naval diplomacy. In: *Emerging Powers in International Politics: The Brics and Soft Power.* Edited by Mathilde Chatin e Giulio M. Gallarotti. Routledge.

Walt, S. M. (1985). Alliance Formation and the Balance of World Power. In: *International Security*, vol. 9, n. 4, pp. 3-43.

Woods, N. (2017). The Enlightenment of President Trump? In: *Project Syndicate*, 8 de fevereiro. <https://www.project-syndicate.org/commentary/trump-china-require-multilateralism-by-ngaire-woods-2017-02>

